

A GESTÃO INTEGRADA DAS ÁGUAS: PROPOSTA PARA UM PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, SC.

Manoella de Souza Soares¹

O Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo analisar o potencial hídrico do Município de Correia Pinto – SC, e compreender a gestão deste recurso, procurando assim uma forma de ação efetiva do Município na Gestão Integrada de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Canoas. Como parte integrante do Projeto Rede Guarani/Serra Geral, especificamente junto a meta de políticas públicas, este trabalho tem caráter preliminar e indicativo, tendo em vista a importância da participação da sociedade, dos órgãos públicos bem como de outras instituições e usuários no processo de gestão dos recursos hídricos. O Município de Correia Pinto foi tomado como área de trabalho devido a sua localização as margens do rio Canoas, suas representativas áreas de afloramento da Formação Botucatu, que constitui o Aquífero Guarani, e sua importância econômica na produção de papel e celulose no Estado de Santa Catarina, tendo em seu território a maior fábrica de sacos industriais da América Latina, a Klabin S/A. Inspirado na Lei Estadual 12.726/1999, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos no Paraná, a proposta de um Plano Diretor Municipal de Recursos Hídricos para o Município de Correia Pinto apresentou-se como uma possibilidade de atuação do município em questão no processo decisório da Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas. Ao compreender que o município e a bacia hidrográfica, se distinguem em escala, objetivo e instância de poder; e que apesar destes aspectos, suas funções e objetivos por muitas vezes coincidem, inclusive espacialmente; a utilização da bacia hidrográfica como unidade de planejamento não se contrapõe ao município como unidade do modelo administrativo vigente. Mas, que todavia a redefinição dos poderes e competências faz-se necessária, desta forma, o presente trabalho não tem como objetivo fragmentar o processo de decisão, pelo contrário, a questão é justamente agregar os atores hoje aparentemente negligenciados no sistema de gestão, especificamente os Municípios. Caberia, assim, aos gestores estabelecerem, considerando cada unidade com sua especificidade, um diálogo entre as unidades, para uma análise que abranja da melhor forma a totalidade da gestão dos Recursos Hídricos. Como uma possibilidade para esse diálogo entre as unidades, município e bacia hidrográfica, utilizou-se o conceito de Superfície de Regulação, como uma superfície multifacetada, na qual as mudanças de sua observação devem permear suas faces, sendo estas a escala, a representação, o arranjo institucional, a negociação, a ação e o tempo; que permitiria evidenciar as discordâncias entre os recortes territoriais de ordem político-administrativa e de ordem regulatória, refletindo assim os conflitos de competência em níveis horizontais e verticais entre os atores institucionais e os demais atores do processo de gestão.

Palavras-chave: Gestão Integrada de Recursos Hídricos; Aquífero Guarani; Município; Bacia Hidrográfica; Superfície de regulação.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Graduação em Geografia. Orientador: Dr. Luiz Fernando Scheibe. Data da Defesa: 26 de novembro de 2010.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 276. Florianópolis, junho de 2011.

www.geograficas.cfh.ufsc.br